

**MEMÓRIA BIOGRÁFICA E  
TERRORISMO DE ESTADO:  
BRASIL E CHILE**

*Maria Lygia Quartim de Moraes*  
Depto. de Sociologia do IFCH/UNICAMP

Primeira Versão nº 96  
2001



## SUMÁRIO

Apresentação.....	5
Pinochet: “ni olvido, ni perdón” .....	9
Movimentos de mulheres e direitos humanos no Brasil .....	17
<i>Widows of War Living Memorial</i> .....	37



## APRESENTAÇÃO

*Maria Lygia Quartim de Moraes\**

Os textos que compõem o presente volume têm como tema comum a conexão entre biografia e objeto de estudo. Neles, memória histórica e memória pessoal não se dissociam .

Sou sobrevivente de uma geração que passou à resistência armada depois que os militares e as elites econômicas uniram-se – com o decidido apoio dos Estados Unidos – contra todas as tentativas de governos de esquerda. A começar pelo golpe que derrubou o presidente João Goulart em 1964. Destino igual sofreram quase todos países da América Latina. As ditaduras militares que se instalaram a partir dos anos sessenta semearam o terror e a corrupção, tornando a impunidade sua marca registrada.

Fugi do Brasil em 1969 e fui morar em Cuba. Lá entendi as dificuldades para se criar o homem (e a mulher novos) e aprendi a res-

---

\* Professora livre-docente do Departamento de Sociologia e Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero - PAGU da UNICAMP.

peitar o povo cubano por sua dignidade e tenaz resistência à prepotência norte-americana. Minha experiência européia me fez valorizar as conquistas históricas da esquerda consubstanciadas em direitos de cidadania, de medicina socializada, educação pública de boa qualidade, como encontrei na França (1970-71 e 1973-5). Acompanhei de perto a experiência socialista de Salvador Allende (1970-3), no governo da Unidad Popular no Chile e terminei testemunha involuntária de um golpe cruento, ignóbil e covarde, liderado pela sinistra figura de Augusto Pinochet.

Os Estados terroristas em que se transformaram as instituições de poder na América Latina nos terríveis anos das ditaduras militares buscavam o extermínio físico, psicológico e moral dos oponentes políticos, destilando especial ódio contra os jovens. Nesse sentido, todos foram igualmente execráveis. Mas algumas diferenças distinguem os alvos da repressão. No Chile, foram as lideranças e os setores mais combativos (os habitantes da “pueblaciones”) e todos o que tivesse alguma relação com o governo de Salvador Allende. Tratou-se de uma situação de guerra interna em que as forças armadas foram utilizadas para matar lideranças e aterrorizar a população civil.

Como muitos exilados sempre desejei poder voltar ao Brasil e o ocaso do mando militar abriu brechas. Após o massacre físico de seus oponentes os militares no poder, enfraquecidos pela situação econômica e pela crescente insatisfação popular, preparam sua transição “lenta e gradual”. A oposição combati através da imprensa alternativa, da reconquista do espaço público para manifestações políticas e do aparecimento de formas novas de organização política, em que o feminismo e os grupos de bairro, associações de dona de casas e setores

progressistas das igrejas empunhavam as bandeiras das liberdades democráticas e da anistia política.

Na tentativa de evitar quaisquer punições pelos crimes cometidos, os detentores do aparelho repressivo decretaram sua auto-anistia, tanto no Brasil como no Chile. Acompanhamos contemporaneamente o difícil e doloroso processo da reparação política e do reconhecimento oficial dos crimes de Estado.

A necessária apuração dos crimes das ditaduras e a divulgação dos fatos e pessoas nelas envolvidas constitui o eixo comum dos dois textos escolhidos. *Pinochet: ni olvido ni perdón* foi apresentado no seminário sobre o “caso Pinochet”, organizado pelo Núcleo de Estudos Estratégicos – NEE da UNICAMP, no dia 9 de dezembro de 1998. *Movimentos de Mulheres e Direitos Humanos no Brasil* é o título do texto apresentado na sessão “Connecting biography and research: personal: revelations of female academics who deal with the subject of extreme violence and death.”, no 70º Congresso Canadense de Ciências Sociais e Humanas, na Université de Laval, Quebec, em maio de 2001.

Finalmente, no presente momento histórico em que as violências e arbitrariedades são cometidas em nome da defesa da liberdade de mercado (e do capital), cumpre conhecer as iniciativas realizadas por ativistas da paz, através da Internet. Assim, reproduzi informações relativas ao portal (site) *Widows of War Living Memorial* ([www.warwidows.org](http://www.warwidows.org)) e de minha participação nele.



# PINOCHET: “NI OLVIDO, NI PERDÓN”

## 1. Os anos de chumbo: as ditaduras militares na América Latina

O Brasil, a Argentina, o Uruguai e outros países da América Latina foram vítimas de ditaduras militares sanguinárias nos anos 1960 e 1970. É difícil uma avaliação exata do número de pessoas atingidas no período das ditaduras militares dado que – entre outras violações aos direitos humanos – a repressão político-militar desenvolveu o método de desaparecer com os corpos, vale dizer "matar a morte". Possivelmente, em termos quantitativos, a ditadura argentina superou os recordes, com seus 30 mil casos de mortos e desaparecidos. Além do mais, o terrorismo imposto pela direita militar argentina e seus inúmeros e inescrupulosos aliados foi particularmente cruel com as mulheres e crianças. São mais de quinhentas crianças "desaparecidas", vale dizer, sequestradas pelos torturadores e entregues a famílias desejosas de adotar crianças, especialmente entre os próprios militares, repressão direta. Por isso, quem caminha em Buenos Aires não pode deixar de ler o "Ni olvido, ni perdón" pichado pela cidade. E a imponência da *Plaza de Mayo*, onde as mães e

familiares dos mortos e desaparecidos criaram um dos mas longos, tenazes e importantes movimentos de denúncia das atrocidades cometidas.

Mas, no Chile, o golpe militar, amplamente apoiado pelos EUA, matou também uma tradição democrática de mais de 60 anos e o projeto político de socialismo democrático. Quais as circunstâncias em que tudo isso ocorreu? Como o Brasil e os brasileiros estiveram envolvidos nesse episódio?

É importante lembrar que, nos anos 1960, o exemplo da resistência do Vietnã à invasão americana, bem como as lutas populares que levaram a derrocada do ditador Fulgêncio Batista, em Cuba serviram de bandeira de luta para os jovens de várias partes do mundo ocidental. As revoltas estudantis, nos Estados Unidos, na França, na Alemanha e outros países democráticos colocavam na ordem do dia o desejo de transformar a realidade social. Na América do Sul, as repercussão das manifestações estudantis assumiram principalmente a dimensão de uma luta política contra a ditaduras militares. Os *tupamaros*, no Uruguai; os *montoneros* na Argentina atraíam jovens intelectuais, vanguardas sindicais e velhos militantes políticos. No Brasil, desiludidos com aquilo que lhe parecia o imobilismo da esquerda tradicional, os estudantes universitários e secundaristas, nas principais cidades do país, aderiram às teses da luta armada como único meio de derrubar a ditadura militar. A resposta dos chefes militares não se fez esperar: em dezembro de 1968, foi assinado o Ato Institucional n.º 5, instituindo a censura à imprensa, novas cassações e, na prática, um regime de estado de sítio. Muitos dos que sobreviveram à repressão encontraram asilo político em algumas partes do mundo e, o Chile, fazendo jáús ao seu hino nacional

que diz que "ou serás a tumba dos livres ou o asilo contra a opressão tornou-se o asilo contra a opressão para refugiados de toda a América Latina.

## **2. A união das esquerdas na França e no Chile: o projeto de transição pacífica para o Socialismo**

Os anos 70 abriram novas perspectivas de transformação política através do projeto de união das esquerdas, com uma plataforma gradual de transformação socialista da economia e da sociedade. Na França, o Partido Socialista, de François Mitterrand, e o Comunista, de George Marchais, uniram-se para conquistar o poder através do voto. Também no Chile, socialistas e comunistas uniram-se no projeto da Unidad Popular, para disputar as eleições presidenciais de 1971. A democracia-cristã, no poder com Eduardo Frei (pai do atual presidente chileno) e a direita chilena, do Partido Nacional, concorreram com candidatos próprios, perdendo as eleições para Salvador Allende, do Partido Socialista. Não obstante a histórica propaganda da direita – que garantia que as crianças chilenas seriam enviadas para a União Soviética(!), caso a esquerda vencesse – e de suas tentativas de desestabilizar a entrega da faixa presidencial, Allende foi empossado, realizando um governo de reformas populares e constituindo-se num exemplo e numa esperança para toda a América Latina. Além dos asilados, muitos brasileiros passaram a residir no Chile atraídos pelas qualidades desta experiência histórica.

A extrema polarização da sociedade chilena concerne a fato de que as classes sociais também incorporam uma dimensão colonizadora, pois os pobres são exatamente os descendentes das sociedades tribais que habitavam o Chile por ocasião da invasão dos espanhóis. A direita era constituída por os grupos economicamente poderosos e claramente racistas. Descendentes de ingleses ou alemães eram os "rubios" (loiros), arrogantes e todo poderosos. O governo de Eduardo Frei nada tinha feito em termos de direitos para os trabalhadores: os empregados domésticos eram servos sem direitos. Basta lembrar que o descanso de 9 horas por dia foi instituído por Allende e muito criticado pela direita...

É importante lembrar, também, que a direita chilena não teria conseguido desestabilizar o governo de Salvador Allende, se não fosse o apoio incondicional recebido do governo Nixon. Assim, a famosa greve dos caminhoneiros, que impedia o transporte de comida, por exemplo, foi mantida graças ao fato de que os grevistas recebiam mais para ficar parados do que para trabalhar. A então secretária de Estado dos Estados Unidos, M. Albright reconheceu recentemente os graves erros cometidos pela política norte-americana, especialmente no referente ao Chile de Allende. Não obstante os evidentes desrespeitos às práticas democráticas perpetradas pela direita chilena, Salvador Allende sempre relutou em resistir fora dos marcos legais. Chamou o general Augusto Pinochet exatamente para manter a situação dentro da ordem constitucional. Não poderia imaginar que esse sinistro personagem aproveitar-se-iria do seu cargo e da confiança do presidente e não somente para apoiar a conspiração como se

encarregando diretamente da matança. Com a adesão completa da direita e o discreto apoio da democracia-cristã, Pinochet instituiu o terror em setembro de 1973.

#### **4. A violência da repressão**

Na medida em que o objetivo principal era o aniquilamento da oposição, a violência foi generalizada. Além de uma lista de indesejáveis – todos os primeiros e segundos escalões do governo Allende – a repressão tinha alguns alvos: os pobres (pois eram a principal base social do governo); daí que as *poblaciones* (como eram chamadas as favelas chilenas) mais radicais foram destruídas com tratadores e suas lideranças presas ou sumariamente fuziladas. A universidade foi tomada pelas forças militares, bem como as rádios, jornais e quaisquer outros meios de comunicação.

Havia um sério risco de morte para todos que estavam no Chile em setembro de 1973 e não apoiavam o golpe militar. A avião bombardeou bairros residenciais; o alto comando do exército deslocou as tropas do norte do país para fazerem a repressão em Santiago, com medo que os soldados se recusassem a atirar em seus próprios familiares. Além do estado de sítio, que permaneceria ao longo de toda a ditadura de Pinochet, todas as comunicações com o mundo foram cortadas; as fronteiras fechadas e nenhum avião comercial pousou nos aeroportos chilenos durante os primeiros 10 dias do golpe militar. As prisões transbordavam e o próprio Estádio Nacional foi utilizado como local de prisão, tortura e morte. Com os holofotes acessos à noite e instalado no meio da capital chilena, o Estádio era a

mais evidente demonstração do pouco caso dos golpistas com respeito aos direitos humanos e à opinião pública.

Como muitos, fui testemunha de atrocidades, vi corpos boiando no rio Mapocho e as *poblaciones* soterradas. Toque de recolher, horas certas para se fazer compras, as rádios estimulando a delação de estrangeiros e apoiadores do ex-governo. Muitas embaixadas abriram suas portas para acolher o(a)s perseguido(a)s mas, poucos dias depois do golpe todas as embaixadas estavam cercadas pelos militares chilenos.

## **5. A paz dos cemitérios**

Assim, instalou-se a paz dos cemitérios no Chile. Os militares não respeitaram a imunidade diplomáticas, como no caso de funcionários da ONU e só não invadiram a embaixada cubana porque o embaixador sueco colocou sua bandeira no local. Cidadãos brasileiros foram assassinados . As autoridades chilenas, em 1994, reconheceram sua responsabilidade na morte e desaparecimento de Jane Vanini, Luiz Carlos de Almeida, Nelson de Souza Kohl, Nilton Rosa da Silva e Túlio Roberto Cardoso Quintiliano .

## **6. A violência contra a mulher**

Como não deixar de mencionar a violência específica exercida contra as mulheres? As entidades internacionais de direitos humanos registraram denúncias de sevícias sexuais de toda espécie, incluindo

cães e outros tratamentos degradantes. Muitas dessas denúncias foram confirmadas pelas vítimas que sobreviveram em audiência com os juristas ingleses, como a televisão demonstrou fartamente.

## **7. A face positiva globalização : o caráter universal dos direitos do indivíduo**

Ainda bem que os tempos mudaram e que os ditadores e tiranos de várias espécies não vão poder gozar de seus crimes em suntuosas mansões européias, como vários dos títeres africanos e latino-americanos (quem se lembra do Amin Dada e da família Papa Doc?). A democracia como um valor universal constitui uma das maiores vitórias da humanidade e marca esse final de milênio. Cinquenta anos após a Declaração Universal do Direitos Humanos, pode-se considerar que houve um avanço positivo no sentido da ampliação e generalização dos direitos, que passaram a incluir os direitos das mulheres, crianças, negros, homossexuais e, mais recentemente, o próprio direito a um ambiente saudável.

Para que tantas leis positivas possam se tornar realidade é importante o julgamento dos crimes cometidos por razões políticas e, mais importante ainda, é colocar a tortura e todo o tipo de sevícia física na qualidade de crime hediondo e não passível de anistia. Pois, no Chile como no Brasil, a “transição” à democracia implicou na decretação da auto-anistia por parte das ditaduras militares.

## 8. Porque Pinochet deve ser julgado por seus crimes

Um dos argumentos levantados pelos defensores de Pinochet é que seu julgamento fora do Chile constituiria um atentado à soberania chilena. Levando em consideração que Pinochet mandou assassinar o general Pratts, oficial leal a Allende, que se refugiara na Argentina, assim como que mandou explodir o carro de Orlando Letelier – ex-chanceler chileno que se refugiara nos Estados Unidos – na cidade de Washington, o argumento formalista fica mais do que ridículo. Do mesmo, é uma falácia argumentar que o julgamento de Pinochet põe em risco a estabilidade da democracia chilena. Na verdade, a atual crise tem demonstrado exatamente o grau de interferência militar na vida chilena e a necessidade, para a própria sobrevivência da democracia, de que o poder civil seja o predominante. O atual presidente Frei, filho do inimigo de Allende, tem demonstrado uma insuperável capacidade de subserviência, enquanto a opinião pública chilena tem sido clara em seu repúdio aos crimes de Pinochet.

Por que Pinochet tem tanto medo de um julgamento onde lhe estão garantidas todas as possibilidades de defesa, diferentemente do modo com que ele "julgou" seus opositores?

O julgamento de Pinochet significaria o fim da impunidade dos ditadores.

# **MOVIMENTOS DE MULHERES E DIREITOS HUMANOS NO BRASIL\***

## **I. EM TORNO DO TEMA: A CONEXÃO ENTRE BIOGRAFIA DE MULHERES E PESQUISAS SOBRE TEMAS DE EXTREMA VIOLÊNCIA E MORTE**

Pensar as implicações mais profundas de algumas escolhas acadêmicas ou temas de pesquisa faz parte da própria tradição de auto-reflexividade do pensamento sociológico. Uma das importantes contribuições da psicanálise para as ciências humanas reside justamente na compreensão das dimensões subjetivas de nossas atividades intelectuais e das dimensões inconscientes da atividade humana. O próprio impulso de pesquisar constitui um dos mecanismos da sublimação<sup>1</sup> de que fala Freud. Logo, a conexão entre biografia e pesquisa adquire um caráter mais geral, aplicável em maior ou menor escala às pesquisas no campo das ciências humanas.

---

\* Trabalho apresentado no Congresso Canadense de Ciências Sociais e Humanas, na Université de Laval, Quebec, maio de 2001. A pesquisa em questão conta com o apoio do CNPq e da FAPESP

<sup>1</sup> Sigmund Freud conceituou o termo em 1905 para dar conta de um tipo particular de atividade humana - como a criação artística, literária e intelectual) sem relação aparente com a sexualidade mas que extrai sua força de um deslocamento da pulsão libidinal para um alvo não sexual mas que corresponde a uma atividade socialmente valorizada. (LAPLANCHE.p.638).

Na presente Sessão do Congresso de Ciências Sociais e Humanas da Université de Laval, do Canadá, o que está em questão é a escolha de temas que envolvam situações de extrema violência. O desafio maior do tema proposto é exatamente a particularidade deste tipo de escolha. Por que algumas pessoas pesquisam temas e situações envolvendo crueldade, violência, morte e dor? Existem aqueles que falam a partir da tortura física e psicológica a que foram submetidos. Outros relatos concernem às pessoas ligadas afetivamente ou por laços de sangue às vítimas da violência. A importância da preservação memória de massacres étnicos é também o ponto de partida de muitas pesquisas. A leitura dos resumos dos trabalhos que serão apresentados no presente Congresso mostra essa diversidade de motivações. Os relatos podem variar mas existe a concepção comum de que é preciso superar uma determinada experiência traumática e que a melhor maneira de se livrar da presença da dor é conseguir transformá-la em ação contra as causas da violência.

Assim, seja para transcender uma experiência pessoal muito dolorosa, para expiar culpas ou, ainda, para registrar a versão dos vencidos na história, dedicar-se a um objeto que trata da violência e/ou de suas consequências implica um ato de reparação. É uma maneira de fazer justiça, mesmo que a posteriori.

Pertenço à geração de mulheres para as quais os livros de Simone de Beauvoir, especialmente o *Segundo Sexo* e *Memórias de uma moça bem comportada* tiveram uma importância decisiva: ajudaram a nomear um mal estar difuso e a entender a situação da mulher como produto da história e da sociedade.<sup>2</sup> Nesse sentido, minha experiência

---

<sup>2</sup> No Brasil, integro a geração de cientistas sociais que realizou a transição entre temas e questões dos movimentos sociais e a institucionalização da “questão da mulher” que se transformou aos poucos em “estudos de gênero”.<sup>2</sup> Nesse sentido, a conexão entre biografia e objeto de pesquisa é uma constante em minha vida profissional (a tese de doutoramento em ciência política, defendida na USP em 1982 e tem

pessoal constitui um caso similar ao de outras mulheres que descobriram o feminismo em meados dos anos setenta.

Por outro lado, também faço parte da geração de intelectuais latino-americanos cuja vida foi afetada pela violência das ditaduras militares que oprimiram nossos países nas décadas de 1960, 1970 até meados de 1980. Hoje, uma das grandes questões que unificam a América Latina reside no enfrentamento da grande questão das terríveis violações aos direitos humanos, brutal em todos os países mas especialmente tenebroso no caso da Argentina. As "locas" eram as mães, hoje, avós da juventude argentina dizimada nos anos setenta e oitenta. Também no Chile e no Uruguai as perdas ainda estão sendo contabilizadas. No Brasil, as proporções foram menores mas também muito cruéis: mais de 10 mil pessoas presas arbitrariamente e torturadas e mais de 300 mortos e/ou desaparecidos políticos.

Como outros jovens de minha geração participei do movimento estudantil e militei na esquerda tornada clandestina pelo golpe militar de 1964. Quando a repressão político-militar nos atingiu diretamente, com o assassinato de meu marido, em 1970, fiz a rota do exílio semelhante a outros latino-americanos, vivendo em Cuba, no Chile e na França. Retornando ao Brasil, em 1974, militei como feminista e socialista vindo, posteriormente, a transformar minha militância em objeto de pesquisa.

A partir de 1969, as denúncias sobre as violações dos direitos humanos mais elementares tornou o Brasil internacionalmente conhecido como o campeão das torturas a presos políticos. O tratamento perverso infligido aos oponentes políticos já tinha uma longa tradição na história do Brasil, especialmente no período da ditadura Vargas (1930/45).

---

o sugestivo nome de "Família e Feminismo" e a tese de livre-docência (defendida na UNICAMP em 1997) atende pelo nome de "Vinte Anos de Feminismo".

A morte sob tortura de meu marido e pai de minha filha, em 1970, transformou a questão do esclarecimento das circunstâncias de sua morte e da responsabilidade do Estado numa tarefa que levou cerca de 30 anos e que ainda não terminou. Em 1995, o governo federal aceitou formar uma comissão para examinar as denúncias e reconhecer a responsabilidade do Estado Brasileiro para com os mortos e desaparecidos políticos (Lei 9.140 de 1995). No entanto, todo o ônus das provas ficou por conta dos familiares pois o Estado não se empenhou em abrir os arquivos dos órgãos repressivos. Pode-se imaginar as dificuldades enfrentadas pelas famílias de mais baixa renda e de menores recursos .

A preparação do dossiês obrigou aos envolvidos no processo a constituição das provas. Nesse processo, houve que consultar os arquivos do Instituto Médico Legal; as referências contidas nos processos julgados pela Justiça Militar e buscar as testemunhas de fatos ocorridos há cerca de trinta anos. O trabalho da Comissão foi o de analisar os dossiês em que se apresentava o caso e as comprovações. Pode-se bem imaginar as dificuldades da apresentação de provas de atos que foram cometidos na clandestinidade pelas órgãos repressivos, especialmente no caso das famílias de mais baixa renda e de menores recursos. Apesar das dificuldades, pouco a pouco estamos refazendo histórias que se passaram há cerca de trinta anos; não somente para fazer justiça à memória das vítimas da repressão política mas para evidenciar a atualidade e urgência da questão dos direitos humanos no Brasil.

A dimensão mais positiva dos meus sofrimentos pessoais foi ter conseguido superar o ódio e o desejo pessoal de vingança transformando-os em um sentimento positivo de solidariedade para com os que são vítimas da violência. O meu objeto de pesquisa acadêmica constitui uma das dimensões de minha atuação no vasto campo dos “direitos humanos”. Porque a questão formulada como “direitos hu-

manos” diz respeito ao reconhecimento dos direitos do Outro. Os direitos humanos são uma conquista histórica e um projeto de um grande pacto moral entre as diversas comunidades humanas.

Nós, os descendentes de europeus que colonizaram as Américas, somos herdeiros de uma história de violências cometidas contra os mais fracos e desprotegidos. Os colonizadores europeus – que, em 1500, aportaram no território que hoje é o Brasil – encontraram povos indígenas que foram dizimados no decorrer dos séculos. Outros povos e culturas das Américas sofreram a violência do brancos colonizadores e desbravadores. Pode-se dizer que a América começa com uma sucessão de genocídios e holocaustos: milhões de africanos são reduzidos à condição de escravidão e vendidos como a força-de-trabalho que alimentará a riqueza do grandes comerciantes de então. Com a proibição da exportação de escravos africanos por parte da Inglaterra o tráfico negreiro criou grandes fortunas.<sup>3</sup> Esse foi outro genocídio comum à parte da América do Sul, Central e do Norte e faz parte dos fatos constitutivos de nossa identidade nacional, nós que habitamos as Américas. Reconhecer as atrocidades cometidas é uma das formas de reparar um passado do qual nem sempre podemos nos orgulhar.

## **II. EM TORNO DO OBJETO DE PESQUISA: PRESERVAR A MEMÓRIA, ATUALIZAR OS PROJETOS**

“Nada do que aconteceu pode ser considerado perdido para a história”, afirma Walter Benjamin. Cumprir recuperar os fatos e feitos daqueles que são os vencidos da história não somente para impedir

---

<sup>3</sup> Como acontece, hoje, com o chamado tráfico de drogas, sempre que encontravam uma patrulha inglesa os navios negreiros jogavam sua carga ao mar, para se livrar das provas do delito.

que sejam silenciados para sempre mas, principalmente, porque é necessário atender a suas reivindicações e preencher uma esperança que não foi cumprida.

A pesquisa “Documentos e memórias da repressão militar e da resistência política: Brasil–1964/1985” visa exatamente resgatar a memória das mulheres e homens que foram assassinados pela ditadura militar brasileira, como forma de manter vivas as esperanças pelas quais muitos de minha geração foram mortos. O projeto visa sistematizar, recuperar e preservar dados da memória histórica concernentes às violências cometidas pelo regime militar brasileiro contra oponentes políticos.<sup>4</sup> Essa documentação encontra-se depositada s no Arquivo Edgar Leuenroth da UNICAMP e tem sido fundamental para a constituição dos dossiês relativos aos mortos e desaparecidos políticos.

A importância da reconstituição dos fatos – decisiva no caso dos mortos e desaparecidos políticos – não diz respeito apenas à recuperação da memória. Na verdade, o reconhecimento das atrocidades do passado comprova a continuidade de uma situação de violência e arbítrio por parte dos detentores do poder e a truculência das polícias militares como tem sido largamente denunciado pelos instituições de defesa dos direitos humanos<sup>5</sup>. As repetidas matanças de indígenas, o

---

<sup>4</sup> Apesar dos muitos trabalhos recém publicados sobre o tema e dos resultados da própria Comissão Especial (Lei 9.140 de 1995), designada pela Presidência da República, as informações estão dispersas e precisam ser unificadas.

A principal fonte de informações é o Projeto “Brasil: Nunca Mais” (6 tomos e 12 volumes, Arquidiocese de São Paulo, 1985); com cópia dos inúmeros processos que correram na Justiça e onde a denúncia de tortura e maus tratos foi oficialmente feita, com nomes e circunstâncias

b) Outra fonte importante são os dados do Comitê Anistia Internacional e Comitê Brasileiro pela Anistia .

<sup>5</sup> O mais contundente documentação a respeito dos direitos humanos no Brasil no ano 2000 encontra-se no relatório do Centro de Justiça Global em parceria com Global Exchange.

mau trato dos presos comuns e o massacre do Carandiru, a violência contra os trabalhadores rurais e os “sem-terra”, a brutalidade com que crianças e adolescentes são tratados pela FEBEM são alguns dos exemplos mais citados pela mídia.

Outra dimensão importante da pesquisa é sua relação com a Comissão de Justiça e Paz de S.Paulo e com a Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo. Recentemente, pela Lei 10.726 de 2001, o Governo Estadual de São Paulo ampliou os direitos de reparação às vítimas de torturas, seqüestros e outras formas de violência perpetradas sob a responsabilidade do governo estadual. As previsões acerca dos atingidos varia entre e 1.500 a 10 mil oponentes políticos no período 1964-79. Entre as vítimas crianças e mulheres grávidas. Infelizmente, os fatos que serão levados ao conhecimento público e que foram apurados pelos organismos de defesa dos direitos humanos não pertencem a um passado já superado.

*Last but not least* uma a dimensão pouco comentada – a mais sigilosa e mais escondida – das relações entre grupos empresarias e a repressão para-militar. Muitos empresários participaram da mobilização política que antecedeu o no golpe militar, apavorados com as reformas estruturais que o presidente eleito João Goulart dispunha-se a implementar. A grande imprensa esteve ao lado dos golpistas de 1964, assim como uma facção da Igreja Católica. Com o progressivo “endurecimento” do regime militar, um ativo grupo de empresários passou a apoiar as práticas semi-clandestinas de extermínio dos oponentes políticos, financiando e dando apoio logístico aos militares e policiais envolvidos na famigerada Operação-Bandeirantes, em São Paulo.

Não é por mera coincidência que, hoje, alguns dos grandes grupos econômicos que operam no país mantêm os mesmos laços de cumplicidade e proximidade com a “segurança privada” fornecida pelas máfias que controlam o comércio de drogas. Faz parte da tradi-

que engarçava no Brasil o uso de matadores profissionais cujo principal tarefa é aterrorizar e garantir o poder dos senhores locais. Os “jagunços” nordestinos remontam à época colonial. Hoje a omissão do Estado na questão da defesa do cidadão estimula o desenvolvimento da indústria da segurança privada e a transformação da cidade em redutos com muros altos, grades e guardas particulares. É a arquitetura do medo. Nas regiões pobres os moradores ficam à mercê da “lei” dos traficantes que dominam a maior parte das favelas no Rio de Janeiro e em São Paulo.<sup>6</sup> A violência e a impunidade dos “justiceiros” de hoje é muito parecida com a truculência e a impunidade dos torturadores e algozes da oposição política na época da ditadura militar. São demonstrações inequívocas do esgarçamento do tecido social e da violência que precisam ser superados para o estabelecimento de uma verdadeira cidadania democrática.

### III. O CONTEXTO HISTÓRICO DA PESQUISA

#### 1. A “nova esquerda” e a revolução dos jovens dos anos sessenta.

A grande onda revolucionária dos anos sessenta congregou duas aspirações juvenis: a libertação pessoal da opressão familiar e a transformação da realidade social. A dimensão romântica dos jovens e a dimensão utópica de seus projetos já foi apontada em muitos trabalhos e reflexões sobre o tema. O ponto em comum das revoltas juvenis é a urgência e a radicalidade de seus propósitos. Nesse sentido, a influên-

---

<sup>6</sup> O caso do hipermercado *Carrefour* em Jacarepaguá, Rio de Janeiro, em dezembro de 2000, comprovou as conseqüências desumanas e absurdas da “justiça” dos traficantes que condenaram à morte através de tortura a duas mulheres pegas roubando 8 frascos de protetor solar.

cia de Ernesto “Che” Guevara foi e continua sendo fortíssima, pois, como todo herói, morreu por um ideal generoso e, mais do que isso, com um apelo à dimensão afetiva da política porque *hay que endurecerse sin perder la ternura*. O rompimento com o comunismo oficial, a renovação teórica e a busca de novas e mais eficientes formas de atuação política constituem um legado comum da “Nova Esquerda” que se desenvolveu nos anos sessenta. Flacks et alii (1989), no *Beyond the Barricades*, sintetizam bem as principais características de seus participantes:

Como não lembrar que, nos anos 1960, o exemplo da resistência do Vietnã à invasão americana, bem a derrocada do ditador Fulgêncio Batista, em Cuba, serviram de bandeira de luta para os jovens de várias partes do mundo ocidental ? As revoltas estudantis, nos Estados Unidos, na França, na Alemanha e outros países democráticos colocavam na ordem do dia o duplo desejo revolucionário: sexual e social. Romper com o moralismo e a hipocrisia e, ao mesmo tempo, revolucionar o mundo. A famosa prédica de Marx a respeito da necessidade da *práxis*, da transformação da sociedade na prática e não somente em teoria traduz bem o estado de espírito de muitos da geração dos anos sessenta.

Na América do Sul, a repercussão das manifestações estudantis assumiu a dimensão de uma luta política contra as ditaduras militares, repressivas e moralizadoras. Os *tupamaros*, no Uruguai e os *montoneros* na Argentina atraíam jovens intelectuais, vanguardas sindicais e velhos militantes políticos. No Brasil, os estudantes universitários e secundaristas aderiram às teses da luta armada como meio de derrubar a ditadura militar, desiludidos com aquilo que lhe parecia ser o imobilismo da esquerda tradicional..

## 2. As ditaduras militares

*A tortura é o método de interrogatório usual das ditaduras e o fato de ser exercida por psicopatas sádicos não lhe tira o caráter de instrumento para um determinado fim. Ao contrário: sempre se entrega a tarefa a um especialista com as melhores qualificações.(...) O sadismo perverso não é visto como doença que inabilite um sargento, um oficial ou um policial para torturar. Ao contrário, é o credencial para torná-lo apto a torturar.*

*É uma condição básica – sine qua non–, tal qual a um classificador de perfumes se exige olfato apurado.<sup>7</sup>*

O Brasil, a Argentina, o Uruguai e outros países da América Latina foram vítimas de ditaduras militares sanguinárias nos anos 1960 e 1970. É difícil uma avaliação exata do número de pessoas atingidas no período das ditaduras militares dado que a repressão político-militar desenvolveu o método de desaparecer com os corpos. Em termos quantitativos, a ditadura argentina superou os recordes, com cerca de 30 mil casos de mortos e desaparecidos. O terrorismo imposto pela direita militar argentina e seus inúmeros e inescrupulosos aliados foi particularmente cruel com as mulheres e crianças. São mais de quinhentas crianças "desaparecidas", sequestradas pelos torturadores e entregues a famílias desejosas de adotar crianças, especialmente entre os próprios militares. Quem caminha hoje na capital da Argentina, Buenos Ayes lerá o "Ni olvido, ni perdón" gravados nos muros. Sempre impressiona a visão da *Plaza de Mayo*, onde as mães e familiares dos mortos e desaparecidos criaram um dos mas longos, tenazes e importantes movimentos de denúncia das atrocidades cometidas, ao caminharem em torno da praça exibindo cartazes com os nomes e as circunstâncias do desaparecimento de seus filhos e filhas.

---

<sup>7</sup> Idem,p.265.

### 3. Os anos de chumbo

*Daí em diante, o Brasil mudou. O medo se incorporou ao cotidiano. A delação e o colaboracionismo fizeram do dedo-duro um dos suportes do regime. Começava-se a falar baixinho ou a nada dizer e a tudo calar. O bom patriota era o brasileiro com medo, domesticado pelos tambores militares<sup>8</sup>*

No seu pungente relato “Memórias do esquecimento” Flavio Tavares acentua a dimensão “pedagógica” da truculência militar: O medo e a intimidação visavam não somente aniquilar os oponentes que tinham passado para a resistência armada como, mais além, calar a sociedade em seu conjunto. Ao transformar o combate à “subversão interna” como a principal tarefa das Forças Armadas de um país os militares utilizaram largamente da propaganda intimidatória; da “demonização” dos oponentes; da repressão e violências extremas. Essa descrição cabe às inúmeras ditaduras e regimes militares que assolam a América Ibérica e, muito especialmente, às sinistras ditaduras da Argentina, do Chile, do Uruguai e do Brasil, todas elas unidas pelos elos da “Operação Condor”, que unificava a repressão política no Cone Sul, especialmente nos anos setenta e início dos anos oitenta.”. As vítimas da repressão militar foram brutalizadas, torturadas e assassinadas. E, como se não fosse suficiente a destruição dos corpos físicos, seguiu-se a tentativa de ocultamento das mortes e de desaparecimento dos corpos. A tentativa de “matar a morte” fazendo desaparecer o principal indício do crime: o corpo da vítima.

---

<sup>8</sup> TAVARES, Flavio. *Memórias do esquecimento*. São Paulo: Editora Globo, 1999., p.26

## IV. O FEMINISMO BRASILEIRO E A CONQUISTA DA DEMOCRACIA

### 1. “Engendrando” a democracia

Um das dimensões mais importante do feminismo no Brasil foi ter contribuído para a construção de uma nova experiência de cidadania, forjada na prática da reivindicação na arena pública. Sem jamais abdicar de suas “questões específicas” – aborto, direitos da maternidade, igualdade salarial, etc. – o movimento de mulheres foi o primeiro a levantar a bandeira da anistia política, atuando em conjunção com as demais forças e movimentos que compunham a oposição à ditadura militar brasileira. Mais do que isso, foi uma das forças que inovaram o campo das lutas sociais e renovaram as práticas políticas.

O reconhecimento da importância do feminismo brasileiro, levou a pesquisadora norte-americana Alvarez (1990) a cunhar a expressão “engendering” a democracia no Brasil, para acentuar a dimensão “gender” no processo de redemocratização do país. Como outros estudiosos do tema,<sup>9</sup> ela observa o impacto que o feminismo e outros movimentos sociais exercem no país, criando outras esferas de atuação na sociedade civil e novas formas de “fazer política” através de redes de solidariedade e intercâmbio. Em estudo mais recente, Alvarez (1997) ressalta os benefícios da interpenetração entre feminismo e movimentos populares dizendo que “the manifold implications of the feminists with popular women’s organization significantly re/shaped the discourses and practices of both movements”.

O movimento feminista desde seu início aparece comprometido com a luta pelas “liberdades democráticas” e inicia, em 1975, a a

---

<sup>9</sup> SARTI, MORAES, GOLDBERG, etc.

campanha nacional pela anistia. Durante a Década da Mulher, nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, as feministas conseguiram organizar-se em torno de seus problemas específicos, pondo em contato mulheres de diferentes setores sociais. Dadas as profundas diferenças culturais e sociais dentro da sociedade brasileira, a qualidade e o alcance do movimento de mulheres variou enormemente, sendo que seu desenvolvimento mais forte concentrou-se nos principais centros urbanos. Cynhtia Sarti (1989), em seu excelente estudo sobre o feminismo brasileiro, observa que:

“International Women’s Year was particularly important because it served as a pretext for women to discuss and organize, in a context in which the channels of political participation was closed. Activities during the year opened the way for the first collective women’s groups, linked in most cases to the still-clandestine parties and organizations of the Left. (...) The founding of Women’s Amnesty Movement, also in 1975, made a significant contribution to its expansion. Arising in the state of Paraná and then moving to São Paulo, its journal, “Brasil Mulher” (from 1975 to 1980), raised the banner of struggle for amnesty and democracy.<sup>10</sup>

As restrições impostas pela ditadura militar ao direito de organização política e sindical forçaram a oposição a limitar seus objetivos a questões locais, como os movimentos contra o custo de vida, os clubes de mães e associações de vizinhos, movimentos por creches e postos de saúde. O contato direto entre militantes políticos e movimentos populares e sua interpenetração transformaram radicalmente a prática política no país. Ademais de estimularem a criação das futuras “organizações não-governamentais” que têm, atualmente, uma presença

---

<sup>10</sup> Sarti, 1989, p.80.

muito forte na arena política brasileira, uma parcela importante da oposição criou um novo partido político, o Partido dos Trabalhadores. Fundado oficialmente em 1980, adotou um avançado programa feminista.

O processo de redemocratização fortaleceu os grupos ativistas dos direitos sociais e políticos e promoveu algumas vitórias sensíveis com respeito aos direitos da mulher. Campanhas nacionais denunciando a morte de mulheres por crimes “de honra”; a denúncia do sexismo nos livros escolares e as campanhas contra o assédio sexual são algumas das conquistas que marcaram o final da Década da Mulher. Por ocasião das primeiras eleições livres, em 1982, a oposição ganhou o governo do Estado de São Paulo e, pela primeira vez, foi criado o Conselho da Condição Feminina que teve importante atuação na luta pelos direitos da mulher. Esses são alguns dos fatos que ajudam a contextualizar a importância do movimento de mulheres na reconquista da democracia e a especificidade de sua participação que gerou novas formas de militância.

## **V. A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA RESISTÊNCIA À DITADURA E A “QUESTÃO DE GÊNERO”**

*De modo geral, os homens-prisioneiros se despiam fácil, mas as mulheres se negavam e resistiam. Primeiro argumentavam. Com paciência ou com ira, perguntavam se o torturador faria isso com a mulher, a mãe, a irmã ou a filha. Depois, empurravam o sargento que lhe ia arrancar a blusa ou a saia. Outras vezes, mentiam e se diziam menstruadas, sem saber que provocavam, assim, um sadismo abominável e abjeto: dois ou três se atiravam sobre a prisioneira e, subjugada, ela era apalpada e cheirada nos órgãos sexuais, enquanto lhe arrancavam a*

*roupa. E, logo, “bolinada” por aquelas mãos habituadas ao sangue, que tocavam a pele e o sexo não como carícia nem para amar, mas para destruir ou marcar a ferro, como uma rês. E, como ela já estava no chão, deitada e inerte, abriam-lhe as pernas e – para começar e não como requinte final, como era a norma – metiam-lhe o cabo elétrico diretamente na vagina. Nesses casos, o major M.F. costuma gritar para o sargento: “Calma, calma. Não coma a sobremesa antes do feijão.” E aquele pequeno e poderoso estado-maior da tortura, ali reunido em torno da presa, ria e ria muito, numa gargalhada galhofeira, festejando o triunfo.”<sup>11</sup>*

Em abril de 1996 na Unicamp realizou-se um seminário nacional sobre o tema “A Revolução Possível. Uma homenagem às vítimas da ditadura militar”, no qual, pela primeira vez se abria espaço para a **discussão da mulher como protagonista na resistência à ditadura militar e como vítima de uma violência específica**. Fato que se aliou ao insólito de ter a universidade, também pela primeira vez, aberto as portas para um evento com esse conteúdo político, cujo pressuposto fundamental foi **o repúdio total e absoluto a toda e qualquer forma de tortura**.

Dizer **não ao esquecimento** não significou restringir a violência policial à ditadura militar mas chamar a atenção para uma violência impregnada tanto no Estado como na sociedade brasileira. Lembrar o passado foi uma forma de pensar o presente. O evento procurou todo o tempo ressaltar a **atualidade** do que estava sendo dito, sobretudo diante de uma platéia atenta e em sua maioria jovem, ou seja, que não viveu, nem assistiu aos acontecimentos relatados.

---

<sup>11</sup> TAVARES op.cit.p

Na primeira discussão pública realizada sobre as violências a que foram submetidas as mulheres no período da ditadura militar, foram registrados os depoimentos e as reflexões de quatro ex-militantes na resistência à ditadura militar:

A primeira manifestação foi Criméia de Almeida, da Comissão dos Mortos e Desaparecidos, uma sobrevivente da chamada “Guerrilha do Araguaia”, foi militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Falando inicialmente da passagem da luta política à clandestinidade e da opção pela luta armada, ressaltou o processo instaurado pelos atos institucionais criados pela ditadura militar, através do qual um cidadão comum, que havia feito uma opção política, tornava-se um criminoso. Seu discurso, em seguida, concentrou-se no lugar ocupado pela mulher nas organizações de esquerda, enfatizando sua discriminação. Atribui sua posterior entrada no movimento feminista às experiências vividas, naquele momento, como mulher.

Criméia de Almeida foi presa grávida. Mostrou em seu depoimento o paradoxo de que, de um lado, a esquerda exigia da mulher “um comportamento masculino”, o que criava inevitáveis conflitos com o que era especificamente feminino, a gravidez. Do outro lado, a repressão utilizou a gravidez como mais um instrumento para torturar a mulher. Criméia de Almeida chamou a atenção, ainda, para o significado do fato de que, se a participação feminina foi menor do que a masculina, segundo os dados apresentados no dia anterior por Marcelo Ridenti, a importância da participação feminina aumenta inequivocamente no resgate à memória, na denúncia e na defesa dos presos políticos, em todos os países onde houve repressão política, sendo o caso das Mães da Praça de Maio, na Argentina, um dos exemplos desta perseverança, o de mais ampla repercussão internacional.

Rose Nogueira, ex-militante da ALN (Ação Libertadora Nacional) foi presa quando seu filho tinha pouco mais de um mês. Seu depoimento foi eloqüente no que se refere ao uso que a repressão fez do corpo feminino e da maternidade na tortura, deixando marcas, físicas e psicológicas, que nunca se apagaram. Jornalista desde os 17 anos, Rose Nogueira acentuou a importância de lembrar que os torturadores daquela época não eram agentes “excepcionais”, mas funcionários que pertenciam às Forças Armadas. Muitos mantiveram seus cargos e foram, inclusive, promovidos, sendo o Major Brilhante Ulstra, posteriormente adido militar do Brasil no Uruguai - citado em todos os depoimentos, inclusive em dia anterior pela atriz e ex-deputada Bete Mendes - um dos casos exemplares desta impunidade.

Eleonora Menicucci de Oliveira, socióloga, doutora em Ciências Sociais, ex-militante da POLOP (Política Operária), iniciou seu depoimento cumprimentando as organizadoras do seminário pela coragem de trazer o tema da mulher para o resgate da história daquele período. Seu depoimento foi particularmente dramático no relato com respeito aos sofrimentos que lhe infringiram. Relatou os maus tratos sofridos por sua filha, com um pouco mais de um ano na época, sob seus olhos, nua e indefesa no chão gelado da câmara de tortura. M.de Oliveira disse que, no seu caso pessoal, o feminismo, ao qual se engajou, representou a possibilidade de lidar com a subjetividade “engessada” neste período de intensa luta política.

Os depoimentos foram contundentes em dois aspectos: ressaltaram como **a relação mãe-filho foi utilizada pela repressão na tortura à mulher** e como **o corpo feminino foi utilizado e vilipendiado**, sendo seu sofrimento objeto de um prazer sádico por parte dos agentes da repressão. Falavam do corpo da mulher em sua dimensão política e cultural, ou seja, de um corpo tratado a partir da concepção do que é

ser mulher em nossa sociedade<sup>12</sup>. É importante ressaltar o fato de que os responsáveis pela tortura sempre foram e continuam sendo, no Brasil, do sexo masculino.

## **VI. A IMPUNIDADE EM QUESTÃO: A ATUALIDADE DOS DIREITOS HUMANOS**

A transição brasileira para a democracia foi concebida pela cúpula militar dominante como um processo “lento, gradual parcial”. Por força do próprio aniquilamento dos resistentes guerrilheiro dos anos 1970 e da hegemonia militar foi possível aos militares que comandaram a “transição para a democracia” limpar seus arquivos e remanejar alguns dos mais notórios torturadores. No América Latina os militares e seus cúmplices se auto-anistiararam através de leis e decretos que coibiram qualquer punição às arbitrariedades cometidas. Ora, como salientam as normas contemporâneas do Direito Internacional, um dos primeiros compromissos dos governos democráticos, após sua posse, é a reparação dos atos delituosos das ditaduras militares. Mais ainda, considera-se que determinados tipos de crime, como a tortura, não são passíveis de anistia.

Foi somente a partir dos compromissos internacionais assumidos pelo país no plano dos direitos humanos que foram conquistadas as condições para o reconhecimento dos crimes praticados pelo Estado. A primeira lei federal reconhecendo a responsabilidade do Estado só foi decretada em 1995 e o Estado de S.Paulo esperou até 2001 para assumir a responsabilidade dos crimes pregressos. Que o Estado reconheça seus erros é algo novo no país. A impunidade e a violência fa-

---

<sup>12</sup> Esses relatos estão registrados em vídeo no IFCH da UNICAMP.

zem parte da história nacional e têm suas raízes no autoritarismo das classes dominantes e na subordinação dos aparelhos de Estado aos interesses dos ricos e poderosos. As denúncias dos movimentos de direitos humanos e de familiares dos presos políticos mortos e desaparecidos conquistaram direitos de reparação que, pouco a pouco, estão sendo ampliados para os demais setores da sociedade. É uma das dimensões mais importantes deste processo: a instauração de uma ótica jurídica que parte do direito da vítima e da necessária reparação.

Apurar os crimes; reparar as vítimas e punir os responsáveis constituem três momentos necessários para o estabelecimento da justiça e da verdade. No Brasil, a apuração dos fatos a apuração dos fatos sempre ficou por conta dos particulares, sendo que até hoje as Forças Armadas não abriram seus arquivos. Insistir no resgate da verdade e dizer não ao esquecimento é chamar a atenção para uma violência que impregna a sociedade e o Estado. Lembrar o passado é uma forma de buscar recursos para pensar o presente.

## VII. BIBLIOGRAFIA

- ALVAREZ, S.E. *The Politics of Gender in Latin America: Comparative Perspectives on Women in the Brazilian Transition on Democracy*. New Jersey Princeton University Press, 1990.
- BEAUVOIR, Simone, *O Segundo Sexo* (2 volumes) São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.
- BOURDIEU, Pierre. La domination masculine. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n.84, p.3-311, sept. 1990.
- CHODOROW, Nancy. *The reproduction of mothering*. Berkeley. University of California Press, 1978.

- BARROSO, Carmem (org.) *Mulher, Sociedade e Estado*, São Paulo: Cortez, 1983.
- Flacks, Richar, e WHALEN, Jack *Beyond the barricades The sixties generation grows up*. (1989). Temple University Press, Philadelphia.
- FRANCHETO, Bruna e outros. (1981). "Antropologia e Feminismo" *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. nº1, R. Janeiro: Zahar Editores.
- FREUD, Sigmund. (1973) *Obras Completas (3 vol.)* Madrid: Biblioteca Nueva.
- GOLDBERG, Anette (1989). *Feminismo no Brasil Contemporâneo: O Percurso Intelectual de um Ideário Político*. BIB.nº28. Rio de Janeiro.
- MITCHELL, Juliet. *L'Age de femme*. Paris: Editons des Femmes, 1974  
 \_\_\_\_\_ . *Psycoanalysis and Feminism*. Allen Lane and Pantheon Books, 1974.  
 \_\_\_\_\_ . *Feminine Sexuality: Lacques Lacan and the École Freudienne*. New York: Pantheon Books, 1985.
- MORAES, M.L. Quartim de. *Mulheres em Movimento*. São Paulo: Conselho da Condição Feminina, 1985.  
 \_\_\_\_\_ . *A Experiência Feminista dos Anos Setenta*. S.Paulo: Textos UNESP, 1990.
- SARTI, Cynthia. "A Panorama of Brazilian Feminism" in *New Left Review*. 173, january/february 1989.

## Widows of War Living Memorial\*

I have always denounced the violence that my husband and so many friends suffered. But it is hard to talk about my own pain. As young people, my husband Norberto Nehring and I lived happily in São Paulo, Brazil's largest city. We grew up in a moment of democracy that began in 1945, the year of my husband's birth.



That moment ended in 1964, when rightist forces opposed to President Jango Goulart's land reforms staged a coup, doing away with the constitution and the law. I was 21, my husband 23, and our

---

\* Texto apresentado no **Widows of War Living Memorial**.

baby three months old. We rebelled, along with other graduate students at the Universidade de São Paulo, and the political police invaded our university.



I went on to obtain my graduate degree in social science, and Norberto won a post as professor of economic history, and a scholarship to study in France. Yet our lives had been taken over by repression and popular resistance. The dictatorship was using terror to achieve total power. Anyone could be sent to prison without formalities, and torture was the means of destroying individuals. My friends and I remember these years as years of pain.

Norberto and I joined the movement for armed struggle. He was denounced and imprisoned in January 1969. We managed to escape

and fled to Cuba, where we were welcomed and treated well. But Norberto- a very idealistic and ethical person- returned to Brazil under a false name to support the opposition. He was captured on arrival on April 14th, 1970, and buried with another false name one week later. Testimony stated that he had been tortured until death.

How much I miss him! How bitter and painful it is to think about the circumstances of his death, about his solitude in those terrible hours and days when he was helpless.

My daughter and I then spent several years in Paris among other exiled Brazilians. With the support of the Left, the Brazilian resistance in France was strong- we always denounced the dictatorship. The repressive forces would respond to our demands about missing people in Brazil in three ways; they would say that the person had died confronting the police; they would say that the person had committed suicide; or they would make the person's body disappear. No body, no death.

It pains me to emphasize that Brazilian dictatorship took over 15 years to collapse. All over the world, democratic opinion denounced the repression. But change took time, perseverance and work. The dedication of the relatives of victims was essential to preserving the memory of all the kidnappings and the terrible deaths. The bodies of many of my friends have never been found.

My daughter and I returned to Brazil in 1975. I went to work for a newspaper called Movimento and participated in the formation of organized feminism in Brazil. Given the lack of civil liberties, freedom of the press, freedom of information, and personal security, the great union point was the word "democratic." My daughter grew up to organize a very active group of relatives of the victims, the Comissão dos Familiares dos Mortos e dos Desaparecidos Politicos 1964-1982.

My dear friends, it is important to understand that although the military dictatorship ended in 1982, political violence is still part of life in Brazil, as is the torture practiced in the delegacias de policia.

At this moment in São Paulo there is a very important election for mayor. One of the candidates, Romeu Tuma, an ex-policeman, is directly connected with my husband's death. A very powerful sheriff at the time, he promoted the official version of my husband's death: suicide with a necktie.

I have always said that repression tries to kill twice- first through the murder of political opponents, and second, through the destruction of collective memory. That is why it is so important to survive and testify.

In three South American countries- Argentina, Brazil, and Chile- the crimes of the military period are just beginning to be known. It has been forbidden to investigate thousands of deaths. Many people have escaped judgment for killing many thousands of young people.

Killing many thousands of young people. That is what they did.

Email this story to a friend.



